REGULAMENTO ELEITORAL PARA O COORDENADOR DE CURSO E O ESTUDANTE DELEGADO DE CURSO DO INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA

Considerando:

a) A entrada em vigor dos novos Estatutos do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (doravante ISEL), homologados pelo Despacho n.º 5452/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 105, de 31 de maio de 2021;

b) A necessidade de proceder à elaboração do Regulamento Eleitoral do Coordenador de Curso e do Estudante Delegado de Curso do ISEL, com vista a dar início ao processo eleitoral para eleição dos novos titulares dos referidos cargos, que passarão a constituir o Conselho Pedagógico do ISEL, nos termos do disposto no artigo 56.º dos Estatutos do ISEL;

É aprovado o presente Regulamento Eleitoral do Coordenador de Curso e Estudante Delegado de Curso do ISEL, ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4 do artigo 26.º conjugada com o disposto na alínea e) do artigo 18.º ambos dos Estatutos do ISEL, com dispensa da divulgação do respetivo projeto e da sua discussão pelos interessados durante o prazo fixado na lei, com fundamento na urgência em dar início ao processo eleitoral para a eleição dos Coordenadores de Curso e Estudantes Delegados de Curso do ISEL por forma a cumprir o prazo fixado no n.º 1 do artigo 77.º dos Estatutos do ISEL.

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece os termos do processo eleitoral para a eleição dos Coordenadores de Curso e dos Estudantes Delegados de Curso do ISEL.

TÍTULO I

Dos Coordenadores de Curso

CAPÍTULO I

Artigo 2.º

Disposições Gerais

1 – O Coordenador de Curso representa o curso, preside ao plenário e à Comissão Coordenadora do Curso e é membro do Conselho Pedagógico.

2 – O Coordenador de Curso é eleito pelo plenário do curso, de entre os professores com contrato efetivo com o ISEL, com distribuição de serviço docente nos cursos no semestre letivo atual ou anterior, que se encontrem em efetividade de funções, e sejam titulares do grau de doutor ou especialista de reconhecida experiência e competência profissional na área de formação fundamental do curso.

CAPÍTULO II
Da eleição do Coordenador de Curso

Artigo 3.º

Eleição

- 1 – A eleição do Coordenador de Curso é realizada por sufrágio secreto, em reunião convocada para o efeito pelo Presidente do Departamento onde o curso está ancorado.
- 2 – O Coordenador de Curso é eleito por maioria absoluta dos votos validamente expressos.

Artigo 4.º

Capacidade eleitoral

- 1 – Têm capacidade eleitoral ativa os docentes afetos ao curso, com distribuição de serviço docente no curso no semestre letivo atual ou anterior, e os estudantes da Comissão Coordenadora de Curso.
- 2 – Têm capacidade eleitoral passiva todos os professores com contrato efetivo com o ISEL, com distribuição de serviço docente no curso no semestre letivo atual ou anterior, que se encontrem em efetividade de funções e sejam titulares do grau de doutor ou especialista de reconhecida experiência e competência profissional na área de formação fundamental do curso.
- 3 – Não podem ser eleitos como Coordenador de Curso os docentes indicados no número anterior que exerçam funções nos órgãos de governo do ISEL, previstos no artigo 13.º dos Estatutos do ISEL, ou que sejam Presidentes de Departamento ou Presidentes ou Diretores de Unidade de Investigação e Desenvolvimento.

SECÇÃO I

Do processo eleitoral

Artigo 5.º

Processo eleitoral

- 1 – O Presidente do ISEL inicia o processo eleitoral com antecedência mínima de 20 (vinte) dias de calendário relativamente à data da eleição:
 - a) Marcando o dia da eleição;
 - b) Nomeando o presidente do departamento onde o curso está ancorado como presidente da comissão eleitoral;
 - c) Publicando os cadernos eleitorais.
- 2 – O dia da eleição terá que ser um dia útil fora do período das férias escolares.

SECÇÃO II

Comissão eleitoral

Artigo 6.º

Função

- 1 – Para a eleição do Coordenador de Curso é criada uma comissão eleitoral que coordena o processo eleitoral, garante a fiscalização da sua regularidade e a divulgação de todos os atos.
- 2 – O presidente da comissão eleitoral convoca a reunião do plenário do curso para a eleição do Coordenador de Curso com uma antecedência mínima de 7 (sete) dias, enviando a convocatória para os eleitores por correio eletrónico, para o endereço eletrónico registado no ISEL (@isel.pt) e, sempre que possível, deverá fazer-se acompanhar das candidaturas apresentadas e aceites pela comissão eleitoral.

Artigo 7.º

Composição e funcionamento

- 1 – A comissão eleitoral é constituída por um presidente e por dois colaboradores que o coadjuvam na organização das eleições.
- 2 – O presidente da comissão eleitoral é o presidente do departamento onde o curso está ancorado.
- 3 – Ao presidente da comissão eleitoral compete dirigir a reunião plenária.
- 4 – Os colaboradores pertencem ao colégio eleitoral e são designados pelo presidente da comissão eleitoral.
- 5 – As decisões da comissão eleitoral serão tomadas por maioria simples de votos, tendo o presidente direito a voto de qualidade.
- 6 – À comissão eleitoral compete superintender em tudo o que respeite à preparação, organização e funcionamento do ato eleitoral e decidir as reclamações deduzidas no decurso do ato eleitoral, apuramento e comunicação dos resultados, assegurando a legalidade e a regularidade do ato eleitoral e garantindo a igualdade de condições de todos os candidatos.
- 7 – Se por qualquer motivo não for possível realizar-se a eleição no dia designado para o efeito, a eleição será realizada no dia útil seguinte à mesma hora.
- 8 – O reconhecimento da impossibilidade da eleição se realizar, e o seu adiamento, competem à comissão eleitoral.
- 9 – A comissão eleitoral inicia as suas funções no dia da abertura do processo eleitoral e cessa funções no dia da tomada de posse do Coordenador de Curso.

SECÇÃO III

Cadernos eleitorais

Artigo 8.º

Cadernos eleitorais

- 1 – Os cadernos eleitorais são elaborados pelos serviços do ISEL.
- 2 – Os cadernos eleitorais deverão reportar-se ao dia em que for publicitado o despacho do Presidente do ISEL que fixou a data da eleição.

SECÇÃO IV

Candidaturas

Artigo 9.º

Candidaturas

- 1 – As candidaturas devem ser entregues em envelope fechado e contra recibo, no secretariado da presidência do ISEL, em modelo disponibilizado para o efeito, até às 17h (dezassete horas) do quinto dia posterior ao início do processo eleitoral.
- 2 – No caso de não existirem candidaturas será utilizado o seguinte procedimento:
 - a) Será aberto de imediato novo prazo de cinco dias para apresentação de candidaturas;
 - b) Se, mesmo assim, não houver candidatos, o Presidente do ISEL, sob proposta do Presidente de Departamento onde o curso está ancorado, no prazo de 10 (dez) dias de calendário, nomeará um docente para o cargo.

Artigo 10.º

Verificação e admissão de candidaturas

- 1 – Terminado o prazo para apresentação de candidaturas, nos dois dias subsequentes, a comissão eleitoral aprecia a regularidade e a elegibilidade das candidaturas.
- 2 – Verificando-se irregularidades, a comissão eleitoral procederá, no prazo indicado no número anterior, à notificação dos candidatos para as suprirem no prazo máximo de dois dias.
- 3 – Serão rejeitadas as candidaturas cujas irregularidades não sejam sanadas no prazo indicado no número anterior.
- 4 – A comissão eleitoral promove a afixação da lista das candidaturas aceites nos locais de estilo do ISEL, e a indicação das que tenham sido rejeitadas, com o respetivo fundamento, com a antecedência mínima de dois dias antes do dia da eleição.

SECÇÃO V

Reunião plenária

Artigo 11.º

Reunião plenária

1 – A reunião plenária convocada pelo presidente da comissão eleitoral pode ser realizada por meios telemáticos, designadamente por vídeo ou teleconferência, ou por modo presencial.

2 – A convocatória indicará o modo por que se realizará a reunião plenária, e caso seja adotada a videoconferência ou outros meios telemáticos, os dados necessários para intervenção na reunião.

SECÇÃO VI

Do ato eleitoral

Artigo 12.º

Voto eletrónico

1 – A votação será realizada por recurso ao voto eletrónico recorrendo a plataforma que deverá garantir a autenticidade e carácter secreto do voto de cada eleitor bem como auditabilidade de todo o processo.

2 – A plataforma informática onde residem as aplicações utilizadas para permitir o acesso aos boletins de voto e recolha dos votos será disponibilizada em infraestrutura tecnológica independente, não utilizando qualquer recurso que seja propriedade ou sob gestão efetuada pelo ISEL.

Artigo 13.º

Ato eleitoral

1 – As eleições são realizadas durante a reunião plenária na plataforma eleitoral, cujo período de funcionamento, para efeitos de receção dos votos, não poderá ser inferior a trinta minutos.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a plataforma eleitoral poderá ser encerrada mais cedo se todos os eleitores tiverem exercido o seu direito de voto.

3 – Durante o período de funcionamento da plataforma eleitoral, os eleitores poderão votar através dos meios eletrónicos próprios, usando os elementos de identificação previstos neste regulamento.

Artigo 14.º

Acesso à plataforma

Os elementos de acesso à plataforma eleitoral onde são disponibilizados os boletins de voto serão enviados para os eleitores por correio eletrónico, para o endereço eletrónico registado no ISEL (@isel.pt), até ao dia anterior à data da eleição.

Artigo 15.º

Boletim de voto

- 1 – O boletim de voto eletrónico inclui a designação da eleição para o Coordenador de Curso e os nomes de todos os candidatos elegíveis dispostos horizontalmente por ordem alfabética.
- 2 – A plataforma deve permitir que o eleitor escolha um candidato ou não escolha qualquer candidato.
- 3 – No final da votação, será mostrado ao eleitor a escolha que efetuou sendo-lhe permitido finalizar a votação ou rever o seu sentido de voto. Após finalizar a votação, deverá ser disponibilizado ao eleitor um recibo de voto em formato eletrónico.

Artigo 16.º

Apuramento dos resultados

- 1 – O apuramento dos resultados efetua-se durante a reunião plenária, após o encerramento da plataforma eleitoral.
- 2 – O candidato eleito será aquele que obtiver a maioria absoluta dos votos validamente expressos.
- 3 – Não havendo nenhum candidato que obtenha a maioria absoluta dos votos expressos, é realizada uma segunda volta com os dois candidatos mais votados.

Artigo 17.º

Ata das operações eleitorais

- 1 – Compete à comissão eleitoral proceder à elaboração da ata da reunião plenária na qual devem constar os seguintes elementos:
 - a) Os nomes dos membros da comissão eleitoral;
 - b) A hora de início e de encerramento da reunião;
 - c) A lista de presenças da assembleia;
 - d) As deliberações tomadas pela comissão eleitoral;
 - e) O número total de eleitores inscritos e o de votantes;
 - f) O número de votos obtidos por cada candidato e o número de votos em branco;
 - g) As reclamações apresentadas, que devem ser apensas à ata;
 - h) Quaisquer outras ocorrências que a comissão eleitoral julgue dignas de menção.

Artigo 18.º

Proclamação e publicação dos resultados

- 1 – Os resultados do apuramento são proclamados pela comissão eleitoral e, em seguida, publicados por meio de edital no sítio do ISEL.
- 2 – Aos candidatos, se o requererem, são emitidas, pelo presidente da comissão eleitoral, certidões ou fotocópias da ata referida no artigo anterior.
- 3 – O processo eleitoral, incluindo a ata das operações eleitorais e os processos de candidatura, será enviado ao Presidente do ISEL, no prazo de dois dias de calendário, para homologação da eleição e subsequente tomada de posse do candidato eleito.

TÍTULO II

Do Estudante Delegado do Curso

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 19.º

Do Estudante Delegado de Curso

- 1 – O Estudante Delegado do Curso representa os estudantes inscritos no curso no Conselho Pedagógico, na Comissão Coordenadora de Curso e no Plenário do Curso.
- 2 – O Estudante Delegado do Curso é eleito por todos os estudantes inscritos no curso.

CAPÍTULO II

Da eleição do Estudante Delegado do Curso

Artigo 20.º

Eleição

- 1 – A eleição do Estudante Delegado do Curso é realizada por sufrágio secreto.
- 2 – O Estudante Delegado do Curso é eleito por maioria simples dos votos validamente expressos.

Artigo 21.º

Capacidade eleitoral

Todos os estudantes matriculados e inscritos no curso têm direito de votar, de apresentar candidatura e ser eleitos, nos termos do presente regulamento.

CAPÍTULO III

Do processo eleitoral

Artigo 22.º

Processo eleitoral

- 1 – O Presidente do ISEL inicia o processo eleitoral com antecedência mínima de 20 (vinte) dias de calendário antes da eleição:
 - a) Marcando o dia da eleição;
 - b) Nomeando o coordenador do curso como presidente da comissão eleitoral;
 - c) Publicando os cadernos eleitorais.
- 2 – O dia da eleição terá que ser um dia útil fora do período das férias escolares.

SECÇÃO IV

Comissão eleitoral

Artigo 23.º

Função

Para a eleição do Estudante Delegado de Curso é criada uma comissão eleitoral que conduz o processo eleitoral e garante a fiscalização da sua regularidade e a divulgação de todos os atos.

Artigo 24.º

Composição e funcionamento

- 1 – A comissão eleitoral é constituída por um presidente e por dois colaboradores que o coadjuvam na organização das eleições.
- 2 – O presidente da comissão eleitoral é o coordenador do curso.
- 3 – Ao presidente da comissão eleitoral compete dirigir as reuniões.
- 4 – Os colaboradores pertencem ao colégio eleitoral e são designados pelo presidente da comissão eleitoral.
- 5 – As decisões da comissão eleitoral serão tomadas por maioria simples de votos, tendo o presidente da comissão eleitoral direito a voto de qualidade.
- 6 – À comissão eleitoral compete superintender em tudo o que respeite à preparação, organização e funcionamento do ato eleitoral e decidir as reclamações deduzidas no decurso do ato eleitoral, apuramento e comunicação dos resultados, assegurando a legalidade e a regularidade do ato eleitoral e garantindo a igualdade de condições de todos os candidatos.
- 7 – Se por qualquer motivo não for possível realizar-se a eleição no dia designado para o efeito, a eleição será realizada no dia útil seguinte à mesma hora.
- 8 – O reconhecimento da impossibilidade da eleição se realizar, e o seu adiamento, competem à comissão eleitoral.
- 9 – A comissão eleitoral inicia as suas funções no dia da abertura do processo eleitoral e cessa funções no dia da homologação dos resultados pelo Presidente do ISEL.

SECÇÃO V

Cadernos eleitorais

Artigo 25.º

Cadernos eleitorais

- 1 – Os cadernos eleitorais são elaborados pelos serviços do ISEL.
- 2 – Os cadernos eleitorais deverão reportar-se ao dia em que for publicitado o despacho do Presidente do ISEL que fixou a data da eleição.

SECÇÃO VI

Candidaturas

Artigo 26.º

Candidaturas

- 1 – As candidaturas são realizadas individualmente por estudantes inscritos no curso, e devem ter uma subscrição de, pelo menos, 5% dos estudantes inscritos no curso.
- 2 – A candidatura é apresentada até sete dias de calendário antes da data da eleição e remetida por email ao presidente da comissão eleitoral, devendo conter, no mínimo, a identificação do candidato e a evidência da subscrição mencionada no número anterior.
- 3 – No caso de não existirem candidaturas, todos os estudantes constantes dos cadernos eleitorais poderão receber votos.

Artigo 27.º

Verificação e admissão de candidaturas

- 1 – Terminado o prazo para apresentação de candidaturas, no dia subsequente, a comissão eleitoral aprecia a regularidade e a elegibilidade das candidaturas.
- 2 – Verificando-se irregularidades, a comissão eleitoral procederá, no prazo indicado no número anterior, à notificação dos candidatos para as suprirem no prazo máximo de dois dias.
- 3 – Serão rejeitadas as candidaturas cujas irregularidades não sejam sanadas no prazo indicado no número anterior.
- 4 – A comissão eleitoral promove a afixação da lista das candidaturas aceites nos locais de estilo do ISEL, e a indicação das que tenham sido rejeitadas, com o respetivo fundamento, com a antecedência mínima de dois dias relativamente à data da eleição.

SECÇÃO VII

Do ato eleitoral

Artigo 28.º

Voto eletrónico

- 1 – A votação será realizada por recurso ao voto eletrónico recorrendo a plataforma que deverá garantir a autenticidade e carácter secreto do voto de cada eleitor bem como auditabilidade de todo o processo.
- 2 – A plataforma informática onde residem as aplicações utilizadas para permitir o acesso aos boletins de voto e recolha dos votos será disponibilizada em infraestrutura tecnológica independente, não utilizando qualquer recurso que seja propriedade ou sob gestão efetuada pelo ISEL.

Artigo 29.º

Ato eleitoral

- 1 – As eleições são realizadas na plataforma eleitoral, no dia designado para a eleição, tendo início às 10h00 (dez horas) e encerrando às 17h00 (dezassete horas).
- 2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a plataforma eleitoral poderá ser encerrada mais cedo se todos os eleitores tiverem exercido o seu direito de voto.
- 3 – Durante o período de funcionamento da plataforma eleitoral, os eleitores poderão votar através dos meios eletrónicos próprios, usando os elementos de identificação previstos neste regulamento.

Artigo 30.º

Acesso à plataforma

O acesso à plataforma eleitoral onde são disponibilizados os boletins de voto será enviado para os eleitores por correio eletrónico, para o endereço eletrónico registado no ISEL (@isel.pt), até ao dia anterior ao dia designado para as eleições.

Artigo 31.º

Boletim de voto

- 1 – O boletim de voto eletrónico inclui a designação da eleição para o Estudante Delegado de Curso e os nomes dos candidatos dispostos horizontalmente por ordem alfabética.
- 2 – A plataforma deve permitir que o eleitor escolha um candidato, ou um estudante, no caso de não existirem candidatos, ou não escolha nenhum.
- 3 – No final da votação, será mostrado ao eleitor a escolha que efetuou sendo-lhe permitido finalizar a votação ou rever o seu sentido de voto. Após finalizar a votação, deverá ser disponibilizado ao eleitor um recibo de voto em formato eletrónico.

Artigo 32.º

Exercício do voto

- 1 – A comissão eleitoral reúne-se, no dia das eleições, às 10h00 (dez horas), no ISEL, e dá início à abertura da plataforma.
- 2 – A comissão eleitoral reunida assegurará a operação da plataforma eleitoral e prestará apoio, executando a tarefa de atribuição e ativação de credenciais, aos eleitores que se a ela se dirijam para obtenção das mesmas.
- 3 – O ISEL disponibilizará meios informáticos que permitam aos eleitores o acesso à plataforma eleitoral.

Artigo 33.º

Apuramento dos resultados

- 1 – O resultado oficial do apuramento será obtido após o encerramento da plataforma eleitoral.
- 2 – O candidato eleito será aquele que obtiver a maioria simples dos votos expressos.

3 – Em caso de empate, é realizada uma segunda volta com os candidatos empatados mais votados.

4 – Não havendo candidaturas, será eleito o estudante mais votado aplicando-se, em caso de empate, o disposto no número anterior.

Artigo 34.º

Ata das operações eleitorais

1 – Compete à comissão eleitoral, proceder à elaboração da ata onde devem constar os seguintes elementos:

- a) Os nomes dos membros da comissão eleitoral;
- b) A hora de abertura e de encerramento da votação;
- c) As deliberações tomadas pela comissão eleitoral;
- d) O número total de eleitores inscritos e o de votantes;
- e) O número de votos em cada candidato e em branco;
- f) As reclamações apresentadas, que devem ser apensas à ata;
- g) Quaisquer outras ocorrências que a comissão eleitoral julgue dignas de menção.

Artigo 35.º

Proclamação e publicação dos resultados

1 – Os resultados do apuramento são proclamados pela comissão eleitoral e, em seguida, publicados por meio de edital no sítio do ISEL.

2 – Aos candidatos, se o requererem, são emitidas, pelo presidente da comissão eleitoral, certidões ou fotocópias da ata referida no artigo anterior.

3 – O processo eleitoral, incluindo a ata das operações eleitorais e os processos de candidatura, será enviado ao Presidente do ISEL, no prazo de dois dias de calendário, para homologação da eleição e subsequente tomada de posse do candidato eleito.

TÍTULO III

Disposições finais

Artigo 36.º

Das reclamações no decurso dos atos eleitorais

Qualquer eleitor inscrito pode, no decurso do ato eleitoral, apresentar, por escrito, reclamação relativa às operações eleitorais, as quais serão decididas pela comissão eleitoral, no prazo de duas horas após a publicação dos resultados do ato eleitoral, por maioria absoluta dos membros presentes, tendo o presidente voto de desempate.

Artigo 37.º

Dos recursos no decurso dos atos eleitorais

Da decisão proferida nos termos do artigo anterior, cabe recurso para o Presidente do ISEL, a interpor no prazo de quarenta e oito horas, que deverá ser decidido no prazo de vinte e quatro horas e sem efeito suspensivo.

Artigo 38.º

Casos omissos

A resolução dos casos omissos e a interpretação deste regulamento cabe ao Presidente do ISEL.

Artigo 39.º

Entrada em vigor

O presente regulamento eleitoral entra em vigor após aprovação pelo Presidente do ISEL, no dia seguinte ao da sua publicação no sítio institucional do ISEL.

Instituto Superior de Engenharia da Lisboa, 04 de outubro de 2021

O Presidente do ISEL

Prof. Doutor José M. P. do Nascimento